



Coren e Cremese mantêm Nestor Piva sob interdição

Entidades fazem nova fiscalização e constataam problemas na unidade

Greycy Andrade
DA EQUIPE JC

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Nestor Piva continua interdita pelo quarto dia por não conseguir regularizar todos os itens que justificassem a reabertura. Já a UPA Fernando Franco, após fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem (Coren-SE), foi desinterditada. Hoje, às 10h, a equipe do Conselho Regional de Medicina em Sergipe (Cremese) volta ao Nestor Piva para fazer uma nova fiscalização.

Segundo a coordenadora de Fiscalização do Cremese, Simone Beatriz Calazans, a Secretária Municipal da Saúde (SMS) conseguiu ajustar alguns itens pelo menos para o período do carnaval, mas equipamentos essenciais para o atendimento de pacientes de risco continuam com problemas, como por exemplo, o kit de respirador.

“Para reabrir a unidade, precisam ser reconsiderados alguns itens básicos para que se desse um bom atendimento à população, e a gente encontrou algumas coisas que realmente inviabilizaram essa abertura. A parte de medicação está completa, pelo menos o estoque para esse carnaval tem, não quer dizer que vai ser uma coisa muito prolongada. Mas alguns itens na sala de estabilização que inviabilizam o atendimento ao paciente de grande risco, indispensáveis para o atendimento não estão ainda adequados”, informou Simone.

Ainda segundo a coordenadora de fiscalização do Cremese, apesar de implicarem no atendimento precário

à população, os equipamentos que não estão em funcionamento podem ser resolvidos facilmente. “Demos o prazo a direção da unidade para que até às 10h deste sábado tudo esteja regularizado. Esse item é de extrema importância, pois o umidificador que estava vazando podia ocasionar infecção no paciente, e não podíamos liberar a unidade desta forma”, frisou.

Na unidade Fernando Franco, o atendimento voltou ao normal por volta das 19h de ontem, após o Coren detectar que os medicamentos haviam chegado na UPA. Segundo a presidente do Coren, Gabryella Garibaldi, pelo menos no período do carnaval a população terá atendimento mínimo.

“Após a fiscalização, nós conseguimos comprovar que as medicações necessárias para o atendimento mínimo pelo menos nesse período de carnaval chegaram a unidade bem como alguns materiais que estavam faltando para as condições de atendimento. Com a assistência mínima podendo ser garantida nós decidimos pela desinterdição, isso não quer dizer que tudo foi cumprido, apenas chegou os medicamentos e os materiais para o atendimento à população. Mas para que não houvesse desassistência, nós enquanto Conselho de Enfermagem, neste momento, estamos fazendo a liberação, mas ressaltando que a unidade estará em monitoramento para que os outros itens que estavam irregulares sejam cumpridos, até porque a justiça será informada pelo que foi e o que não foi cumprido”, informou Garibaldi.

A assessora de Comunicação da SMS, Cristina Rochadel, explicou que a secretaria se desdobrou para conseguir em tempo hábil que os medicamentos chegassem rapidamente. “A gente já vinha preocupado com a situação e em busca de solução, no entanto, começamos a sentir o impacto, pois alguns fornecedores estavam começando a atrasar a entrega da mercadoria. Felizmente, conseguimos trazer no tempo previsto os medicamentos para atender os pacientes; foram medicamentos vindos da Bahia e de Recife e alguns emprestados na rede particular”, informou.

Decisão judicial

Além disso, na tarde de ontem, saiu uma decisão da juíza Simone Oliveira Fraga pedindo a intimação pessoal da secretária Municipal da Saúde, para que em 24 horas colocasse os serviços das duas unidades em funcionamento regular, sem interrupção ou suspensão de plantões, sob pena de responder administrativamente, civil e penalmente pelo descumprimento da ordem judicial.

A magistrada citou ainda que desde agosto do ano passado, o Ministério Público Estadual para garantir a assistência a todos os pacientes através das suas unidades de pronto atendimento, houve concessão de liminar e hoje a sentença determina que o atendimento, que os plantões não podem ser interrompidos e as unidades tem que estar com o funcionamento de raio-x ultrassonografia para fazer a assistência ao cidadão, sentença essa que vem sendo descumprida pelo município de Aracaju.

Segundo a juíza, no dia 27 de fevereiro o Ministério Público apresentou os fatos que ensejaram o pedido, informando que em razão do agravamento da situação da Unidade Nestor Piva – Zona Norte. O MP juntamente ao Conselho Regional de Enfermagem, ao Conselho Regional de Medicina e ao Sindicato dos Médicos de Sergipe, no dia 25/02, encontraram a unidade fechada, plantão fechado, sem atendimento ao público em razão da completa ausência de condições de trabalho dos profissionais médicos daquela unidade, problemas elencados na petição.

Na decisão, a juíza obriga: “Que a SMS mantenha os serviços das Unidades de Pronto Atendimento Nestor Piva e Fernando Franco em funcionamento regular, sem interrupção ou suspensão de plantões, com assistência aos pacientes do Sistema Único de Saúde, não sendo permitida a triagem de pacientes em ambulâncias, sem acolhimento devido ou qualquer forma de omissão de socorro, notadamente para paciente crítico, respeitada a capacidade instalada das unidades preditas, na forma da lei; como também a obrigação de promover, quando necessária e mediante determinação médica, após estabilização de paciente crítico e/ou atendimento do paciente de baixa e média complexidade, a transferência para unidade hospitalar adequada, com oferta de leitos críticos e eletivos, mediante regulação específica, através da formação de protocolo, em viaturas adequadas, na forma da Portaria GM/MS, tombada sob o nº 2048/2002”, diz a decisão.